

Maia deixa movimento bancário sem explicação

Líder licenciado do PPR depõe à CPI, mas não esclarece aumento de depósitos e do patrimônio

BRASÍLIA — O líder licenciado do PPR na Câmara, deputado José Luiz Maia (PI), não conseguiu explicar a evolução patrimonial e o crescimento de sua movimentação bancária — que subiu de US\$ 537 mil em 1991 para US\$ 923 mil no ano seguinte —, durante depoimento ontem à CPI do Orçamento. “Ficou pendente uma explicação do deputado sobre o crescimento do seu patrimônio”, disse o relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE).

O ponto mais intrigante no depoimento de Maia foi a compra de um apartamento de luxo, em Teresina, da Construtora Mafrense, no início de 1992. O deputado José Genoíno (PT-SP) suspeita que o imóvel tenha sido adquirido numa operação triangular, envolvendo a Construtora Odebrecht e o projeto da adutora de Pedro II, no semi-árido piauiense, a obra está à cargo da Mafrense, subempregada pela Odebrecht.

Em documentos apreendidos na casa de um diretor da Odebrecht, as iniciais JLM, que poderiam significar José Luiz Maia, aparecem à frente da emenda da adutora de Pedro II, com porcentual de 0,23%, apesar de ele não ser o autor da iniciativa. A emenda foi apresentada pelo deputado Ciro Nogueira (PFL-PI) e incluída no Orçamento pelo deputado Paulo Mourão (PPR-TO), indicado para a Comissão de Orçamento por Maia, em 1991.

O líder do PPR negou ter ligação com qualquer pessoa da Odebrecht. Ele acha que a referência a seu nome nos documentos foi uma decisão unilateral dos funcionários da empreiteira. Maia afirmou ainda que o apartamento foi adquirido em espécie, muito antes da licitação para a adutora Pedro II.

À exceção do senador Francisco Rollemberg (PFL-SE), os integrantes da CPI de partidos de centro-direita não fizeram perguntas a Maia. Isto levou o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) a suspeitar de um acordo entre PMDB, PFL e PPR para ajudar o deputado. “Está claro que tentaram proteger o líder do PPR.”